

CÓDIGO 502	PROVA V	ATENÇÃO VERIFIQUE SE CÓDIGO E PROVA DESTE CADERNO DE QUESTÕES CONFEREM COM O SEU CARTÃO DE RESPOSTAS
TARDE		

ATIVIDADES TÉCNICAS DE SUPORTE – DIREITO

FRASE PARA EXAME GRAFOLÓGICO (TRANSCREVA NO QUADRO DE SEU CARTÃO DE RESPOSTAS)

*“O sofrimento é passageiro; desistir é para sempre.”
Lance Armstrong*

A T E N Ç Ã O

1. Este **Caderno de Questões** contém questões de múltipla-escolha, cada uma com 5 opções (A, B, C, D e E).
2. Ao receber o material, verifique no **Cartão de Respostas** seu nome, número de inscrição, data de nascimento, cargo e prova. Qualquer irregularidade comunique imediatamente ao fiscal de sala. Não serão aceitas reclamações posteriores.
3. Leia atentamente cada questão e assinale no **Cartão de Respostas** a opção que responde corretamente a cada uma delas. O **Cartão de Respostas** será o único documento válido para a correção eletrônica. O preenchimento do **Cartão de Respostas** e a respectiva assinatura serão de inteira responsabilidade do candidato. Não haverá substituição do **Cartão de Respostas**, por erro do candidato.
4. Observe as seguintes recomendações relativas ao **Cartão de Respostas**:
 - A maneira correta de marcação das respostas é cobrir, fortemente, com esferográfica de tinta azul ou preta, o espaço correspondente à letra a ser assinalada.
 - Outras formas de marcação diferentes implicarão a rejeição do **Cartão de Respostas**.
 - Será atribuída nota zero às questões não assinaladas ou com falta de nitidez, ou com marcação de mais de uma opção, e as emendadas ou rasuradas.
5. O fiscal de sala não está autorizado a alterar qualquer destas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.
6. Você só poderá retirar-se definitivamente do recinto de realização da prova após 1 hora contada do seu efetivo início, **sem levar o Caderno de Questões**.
7. Você só poderá levar o próprio **Caderno de Questões** caso permaneça na sala até 1 hora antes do término da prova.
8. Por motivo de segurança, só é permitido fazer anotação durante a prova no **Caderno de Questões** e no **Cartão de Respostas**. Qualquer outro tipo de anotação será motivo de eliminação automática do candidato.
9. Após identificado e instalado na sala, você não poderá consultar qualquer material, enquanto aguarda o horário de início da prova.
10. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o **Cartão de Respostas**.
11. Ao terminar a prova, é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o **Cartão de Respostas**. Não esqueça seus pertences.
12. O **Gabarito Oficial da Prova Objetiva** será disponibilizado no site www.fec.uff.br, conforme estabelecido no cronograma.

Realização:

CONHECIMENTOS BÁSICOS

- Língua Portuguesa

Leia o texto abaixo e responda às questões propostas.

CASO DE CANÁRIO

- 1 Casara-se havia duas semanas. Por isso, em casa dos sogros, a família resolveu que ele é que daria cabo do canário:
- 2 - Você compreende. Nenhum de nós teria coragem de sacrificar o pobrezinho, que nos deu tanta alegria. Todos somos muito ligados a ele, seria uma barbaridade. Você é diferente, ainda não teve tempo de afeiçoar-se ao bichinho. Vai ver que nem reparou nele, durante o noivado.
- 3 - Mas eu também tenho coração, ora essa. Como é que vou matar um pássaro só porque o conheço há menos tempo do que vocês?
- 4 - Porque não tem cura, o médico já disse. Pensa que não tentamos tudo? É para ele não sofrer mais e não aumentar o nosso sofrimento. Seja bom; vá.
- 5 O sogro, a sogra apelaram no mesmo tom. Os olhos claros de sua mulher pediram-lhe com doçura:
- 6 - Vai, meu bem.
- 7 Com repugnância pela obra de misericórdia que ia praticar, ele aproximou-se da gaiola. O canário nem sequer abriu o olho. Jazia a um canto, arrepiado, morto-vivo. É, esse está mesmo na última lona, e dói ver a lenta agonia de um ser tão gracioso, que viveu para cantar.
- 8 - Primeiro me tragam um vidro de éter e algodão. Assim ele não sentirá o horror da coisa.
- 9 Embebeu de éter a bolinha de algodão, tirou o canário para fora com infinita delicadeza, aconchegou-o na palma da mão esquerda e, olhando para outro lado, aplicou-lhe a bolinha no bico. Sempre sem olhar para a vítima, deu-lhe uma torcida rápida e leve, com dois dedos, no pescoço.
- 10 E saiu para a rua, pequenino por dentro, angustiado, achando a condição humana uma droga. As pessoas da casa não quiseram aproximar-se do cadáver. Coube à cozinheira recolher a gaiola, para que sua vista não despertasse saudade e remorso em ninguém. Não havendo jardim para sepultar o corpo, depositou-o na lata de lixo.
- 11 Chegou a hora de jantar, mas quem é que tinha fome naquela casa enlutada? O sacrificador, esse, ficara rodando por aí, e seu desejo seria não voltar para casa nem para dentro de si mesmo.
- 12 No dia seguinte, pela manhã, a cozinheira foi ajeitar a lata de lixo para o caminhão, e recebeu uma bicada voraz no dedo.
- 13 - Uj!
- 14 Não é que o canário tinha ressuscitado, perdão, reluzia vivinho da silva, com uma fome danada?
- 15 - Ele estava precisando mesmo era de éter – concluiu o estrangulador, que se sentiu ressuscitar, por sua vez.

(ANDRADE, C. Drummond. In *Elenco de cronistas modernos*. 6 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978, p. 33-34.)

01. Toda narrativa literária, seja crônica, conto, romance ou novela, permite que os leitores, a partir dos fatos concretos apresentados em sequência temporal, tirem conclusões a respeito do tema abordado, abstraindo conceitos, valores, denúncias, princípios morais, juízos críticos, etc. Considerando-se essa possibilidade, foram relacionadas abaixo algumas conclusões, das quais a mais pertinente ao que se aborda no texto é a seguinte:

- A) é condenável o ato de prender pássaros em gaiolas, por ser contrário à natureza dos animais e levá-los à morte.
- B) é insensato e bizarro o exagero afetivo que algumas famílias desenvolvem em relação a animais de estimação, por levar as pessoas a sofrimento desnecessário.
- C) é ridículo o julgamento de que os parentes mais novos da família estejam mais isentos emocionalmente para sacrificar animais de estimação doentes.
- D) é um ato de extrema sabedoria sacrificar animais de estimação com doença irrecuperável, para evitar maior sofrimento.
- E) é desaconselhável a prática de ações que possam gerar sentimento de culpa e remorso, em razão dos efeitos psicológicos negativos.

02. Segundo os críticos, a prosa de Carlos Drummond de Andrade se caracteriza pela excelência da linguagem, pela riqueza e precisão vocabular e por um fino senso de humor, normalmente acompanhado de delicada ironia. Na crônica acima, em que o autor aborda um assunto trivial em algumas famílias – o sacrifício de um animal de estimação –, percebe-se uma postura irônica do autor em relação ao fato narrado, a qual pode ser constatada nas atitudes abaixo relacionadas, EXCETO:

- A) no pedido que a família faz ao genro recém-casado de sacrificar o canário.
- B) no olhar apelativo da esposa, para que o marido desse cabo do canário.
- C) na solicitação de algodão e éter para deixar o animal desacordado antes de executá-lo.
- D) na atitude da cozinheira, de jogar o corpo do animal no lixo, por não haver local para enterrá-lo.
- E) na reação do estrangulador do pássaro após ficar sabendo que o bicho não morrerá.

03. A respeito do emprego do verbo RESSUSCITAR nas frases “Não é que o canário tinha ressuscitado, perdão, reluzia vivinho da silva, com uma fome danada?” (14º parágrafo) e “- Ele estava precisando mesmo era de éter – concluiu o estrangulador, que se sentiu ressuscitar, por sua vez.” (15º parágrafo), pode-se afirmar que:

- A) em ambas as frases o verbo foi empregado em significação literal.
- B) na primeira frase, o verbo foi empregado em significação literal, mas, na segunda, em significação contextual.
- C) na primeira frase, o verbo foi empregado em significação contextual e, na segunda, em significação literal.
- D) em ambas as frases o verbo foi empregado em significação contextual.
- E) em ambas as frases o verbo foi empregado em significação que pode ser entendida tanto como literal quanto como contextual.

04. A oração reduzida de gerúndio do período “Não havendo jardim para sepultar o corpo, depositou-o na lata de lixo” (10º parágrafo), mantendo-se o sentido original do texto, pode ser reescrita da seguinte forma:

- A) Por que não houvesse jardim para sepultar o corpo...
- B) Embora não houvesse jardim para sepultar o corpo...
- C) Como não houvesse jardim para sepultar o corpo...
- D) Se bem que não houvesse jardim para sepultar o corpo...
- E) Conquanto não houvesse jardim para sepultar o corpo...

05. Observando-se com atenção a expressão em caixa alta no trecho “a família resolveu que ele É QUE daria cabo do canário” (1º parágrafo), pode-se afirmar que expressão de idêntico valor discursivo foi empregada na frase:

- A) O certo é que ninguém queria ser o algoz do canário.
- B) Estava combinado que os próprios familiares é que iriam dar cabo do canário.
- C) Para a família a esperança é que o marido da filha complete o trabalho.
- D) A sorte do genro é que o éter sempre dá nova vida aos animais.
- E) A alegria da família é que canário não morre em mãos de genro.

06. O período “No dia seguinte, pela manhã, a cozinheira foi ajeitar a lata de lixo para o caminhão, e recebeu uma bicada voraz no dedo” (12º parágrafo) está estruturado com as orações em relação coordenada. Reescrevendo-se o período com as orações em relação subordinada e mantendo-se o sentido original do texto, uma forma adequada de redação do período é:

- A) No dia seguinte, pela manhã, quando a cozinheira foi ajeitar a lata de lixo para o caminhão, recebeu uma bicada voraz no dedo.
- B) No dia seguinte, pela manhã, a cozinheira foi ajeitar a lata de lixo para o caminhão, recebendo, por isso, uma bicada voraz no dedo.
- C) No dia seguinte, pela manhã, a cozinheira recebeu uma bicada voraz no dedo, porque foi ajeitar a lata de lixo para o caminhão.
- D) No dia seguinte, pela manhã, a cozinheira foi ajeitar a lata de lixo para o caminhão, de modo que recebeu uma bicada voraz no dedo.
- E) No dia seguinte, pela manhã, apesar de a cozinheira ajeitar a lata de lixo para o caminhão, recebeu uma bicada voraz no dedo.

07. No período “Como é que vou matar um pássaro só porque o conheço HÁ menos tempo do que vocês?” (3º parágrafo), a forma do verbo Haver em caixa alta está corretamente empregada, por se tratar de indicação de tempo decorrido. Das frases abaixo, está INCORRETA, quanto ao emprego do verbo Haver, a seguinte:

- A) A família estava vivendo há dias o desconforto afetivo de ter de matar o pássaro.
- B) O genro tinha saído há quatro horas e ainda não voltara.
- C) A família espera ansiosa há duas horas por notícias do genro.
- D) Há três horas não se tem notícias da cozinheira.
- E) A família estava há um mês de completar dez anos de convivência com o canário, quando resolveu sacrificá-lo.

08. Neste texto narrativo, observa-se a ocorrência do discurso direto (as vozes dos personagens, marcadas pelo travessão inicial) e do discurso indireto (a voz do narrador). Há, entretanto, um trecho em que se reproduz o pensamento de um personagem, ainda que não haja nenhuma marca. Esse trecho é:

- A) “Vai ver que nem reparou nele, durante o noivado.” (2º parágrafo)
- B) “Os olhos claros de sua mulher pediram-lhe com doçura.” (5º parágrafo)
- C) “É, esse está mesmo na última lona, e dói ver a lenta agonia de um ser tão gracioso, que viveu para cantar.” (7º parágrafo)
- D) “O sacrificador, esse, ficara rodando por aí, e seu desejo seria não voltar para casa nem para dentro de si mesmo.” (11º parágrafo)
- E) “Não é que o canário tinha ressuscitado, perdão, reluzia vivinho da silva, com uma fome danada?” (14º parágrafo)

09. A respeito da concordância verbal na oração “Todos somos muito ligados a ele” (2º parágrafo) pode-se afirmar que está:

- A) incorreta, do ponto de vista da língua formal, mas é admitida em textos informais.
- B) incorreta, mas é estilisticamente recomendada em textos dialogados.
- C) correta, embora não seja recomendada em textos dialogados.
- D) correta, pois o constituinte sujeito TODOS admite a concordância na 1ª pessoa do plural.
- E) correta, por se tratar de uma concordância ideológica de pessoa.

10. Os vocábulos CADÁVER e ÉTER recebem acento gráfico em obediência à mesma regra de ortografia. Da mesma forma, os vocábulos AÍ e DÓI recebem acento gráfico pelas mesmas regras que justificam a acentuação gráfica, respectivamente, dos vocábulos:

- A) saída e anzóis.
- B) canário e anéis.
- C) viúva e também.
- D) saúva e misericórdia.
- E) Icarai e sós.

- Atualidades

11. “Mal saiu do ventre da mãe, o pequeno Pedro Bub, de São Paulo, já era um doador de sangue. E não era um sangue qualquer: o líquido estava dentro do seu cordão umbilical, cheio de células-tronco, e seria jogado fora, mas foi recolhido para congelamento e poderá servir para curar alguém com leucemia. Esse tipo de doação, consentida pela mãe, tem crescido no Brasil. Já são seis bancos públicos que coletam e congelam o sangue, e até o início de 2011 está prevista a inauguração de mais sete, espalhados pelas principais capitais” (Disponível em <http://g1.globo.com/especiais/dia-das-maes/noticia/2010/05/cordoes-umbilicais-que-iriam-para-o-lixo-podem-curar-quem-tem-leucemia.html>). As células-tronco, presentes da vida embrionária à vida adulta, são responsáveis pela formação do embrião e também pela manutenção dos tecidos nos adultos. No início da vida embrionária, as células-tronco são virtualmente totipotentes. Células-tronco podem ser úteis na medicina, pois:

- A) mesmo totipotentes, não sofrem diferenciação celular.
- B) devem ser usadas na manutenção da diversidade biológica.
- C) são capazes de se modificar em células especializadas.
- D) são especializadas em não sofrer transformação.
- E) podem facilitar as pesquisas do genoma das espécies.

12. “A seleção brasileira está de camisa nova. A amarelinha lançada para a Copa do Mundo na África do Sul segue a linha da sustentabilidade. O uniforme foi criado pela Nike para as oito seleções que usam seus materiais esportivos. Ela é feita de poliéster à base de material de reciclagem de garrafas PET. Para cada camisa são necessárias oito garrafas. Depois de limpas, elas são cortadas em flocos e derretidas para a produção dos fios. Com o material e a tecnologia de produção, o tecido ficou 13% mais leve e melhorou a passagem de ar em 7%. O processo de fabricação diminuiu em 30% o consumo de energia, se comparado ao poliéster novo” (Revista Info, março de 2010). O desenvolvimento sustentável representa uma nova forma de desenvolvimento econômico que leva em conta o meio ambiente. A produção das novas camisas da seleção brasileira contribui para a questão ambiental na medida em que:

- A) prioriza a quantidade em vez de qualidade.
- B) estimula o uso de matérias-primas biodegradáveis.
- C) favorece o consumo de energia limpa.
- D) promove a reciclagem de produtos descartados.
- E) estimula a reutilização da energia em outros setores.

13. “Para receber o pacote de ajuda do FMI, o governo se comprometeu a pôr em prática uma série de medidas de ajuste fiscal. Entre as ações estão o congelamento de salários dos servidores públicos até 2013, o aumento de impostos, o corte nos planos de aposentadoria, o fim de vários benefícios e a flexibilização das leis trabalhistas. O anúncio do plano provocou uma onda de protestos violentos no país, que deixou pelo menos três mortos” (Adaptado de <http://g1.globo.com/politica/>). A reportagem em questão faz referência à crise pela qual passa:

- A) a Dinamarca.
- B) o Equador.
- C) a Espanha.
- D) o México.
- E) a Grécia.

14. A meta do governo brasileiro é elevar o número de domicílios com internet dos atuais 13,5 milhões para 35 milhões no ano de 2014, números estes divulgados na Folha de São Paulo de 6 de maio deste ano por Rogério Santanna, secretário de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento. Segundo Santanna, a banda larga, por exemplo, é de extrema importância na economia globalizada, no entanto, no Brasil ela é cara, lenta e concentrada nas regiões com alta renda e densidade populacional. Promover o acesso universal à internet, especialmente à banda larga, é uma forma de:

- A) facilitar a exclusão social e o alcance a direitos fundamentais, como saúde e educação.
- B) gerar justiça social, favorecendo o exercício da cidadania e o desenvolvimento do país.
- C) gerar a inclusão digital, negando acesso à informação e favorecendo o desenvolvimento.
- D) facilitar a exclusão digital, dando o direito do indivíduo de exercer a cidadania com plenitude.
- E) retardar os problemas que interferem no crescimento do país, como a inclusão digital.

15. “O último exemplo se viu nos Jogos Olímpicos de Inverno, em Vancouver, em fevereiro. Como em todo evento mundial, a 'pegada' deixada pelas Olimpíadas no meio ambiente é monstro. 150 000 toneladas de carbono, calcula-se, foram jogadas na atmosfera só pelos participantes diretos dos jogos — atletas, suas viagens, instalações, etc. Outras 180 000 toneladas partiram dos participantes indiretos — o público, jornalistas, marqueteiros, etc. Bem, qualquer pessoa que estava na competição pôde ver o alcance de sua pegada ecológica em calculadoras simples, que davam estimativas sobre o impacto de suas viagens de avião e de carro, hospedagem e até festas. Melhor: para as consciências pesadas eram oferecidos créditos de carbono a partir de 5 dólares canadenses. A meta dos organizadores era neutralizar as pegadas diretas. As indiretas, pelo jeito, vão ficar para as próximas Olimpíadas. De qualquer forma, é um avanço, ou não é? Vai saber...” (Disponível em <http://info.abril.com.br/noticias/tecnologias-verdes/seguindo-as-proprias-pegadas-19042010-17.shl>). Um gás que desempenha importante contribuição para o aquecimento global, além do gás carbônico, é o:

- A) peróxido de carbono.
- B) metano.
- C) gás oxigênio.
- D) nitrogênio.
- E) dióxido de carbono.

- Noções de Administração Pública

16. Nos contratos administrativos de que trata a Lei Nº 8.666, o objeto e seus elementos característicos, o regime de execução, o preço e as condições de pagamentos constituem-se em:

- A) editos essenciais.
- B) requisitos fundamentais.
- C) cláusulas necessárias.
- D) elementos vinculantes.
- E) preceitos cogentes.

17. Uma vez registrado um documento no SIAFI, não é permitida a sua alteração. A imutabilidade dos documentos permite que sejam acompanhadas todas as modificações nos dados do sistema e, para a correção ou anulação de um documento já registrado, é necessário que seja incluído um novo documento de forma a retificar o anterior. Esta característica do SIAFI é denominada:

- A) integridade e fidedignidade dos dados.
- B) inalterabilidade dos documentos.
- C) identificação das operações do usuário.
- D) conformidade de registro de gestão.
- E) conformidade de operadores.

18. Com relação à segurança do SIAFI, o conjunto de determinadas transações atribuídos a cada Operador, para atender às necessidades de execução e consulta ao Sistema, constitui elemento que é denominado:

- A) gênero.
- B) classe.
- C) estrutura.
- D) roteiro.
- E) perfil.

19. Com relação à segurança do SIAFI, o grau de inclusão de dados e a abrangência das consultas feitas pelo usuário no sistema SIAFI, constitui um elemento que é denominado:

- A) responsabilidade.
- B) alçada.
- C) nível de acesso.
- D) comandamento.
- E) etapa.

20. O documento cadastrado no SIAFI que gera compromissos de pagamento ou de recebimento, podendo ser de previsão (Nota de Empenho, Contrato, Proposta de Programação Financeira, etc.) ou de Realização (Nota Fiscal, Recibo, Folha de Pagamento, Programação Financeira Aprovada, etc.), denomina-se:

- A) conformidade documental.
- B) documento de sistema.
- C) registro originário.
- D) documento hábil.
- E) nota de lançamento.

- Legislação Básica

21. Servidores de autarquia federal; servidores de secretaria estadual: as sanções pela prática de ato de improbidade administrativa:

- A) se aplicam a estes e àqueles.
- B) não se aplicam nem a estes, nem àqueles.
- C) se aplicam a estes, mas não àqueles.
- D) não se aplicam a estes, mas àqueles.
- E) aplicam-se parcialmente a estes e àqueles.

22. A responsabilidade dos administradores e membros dos conselhos administrativo, deliberativos, consultivos, fiscais e assemelhados das operadoras de assistência à saúde é:

- A) objetiva.
- B) divisível.
- C) parcial.
- D) presumida.
- E) solidária.

23. Execução de ações de vigilância sanitária; execução de ações de vigilância epidemiológica:

- A) esta está incluída no campo de atuação do Sistema Único de Saúde; aquela, não.
- B) ambas não estão incluídas no campo de atuação do Sistema Único de Saúde.
- C) ambas estão incluídas no campo de atuação do Sistema Único de Saúde.
- D) aquela está incluída no campo de atuação do Sistema Único de Saúde; esta, não.
- E) aquela está parcialmente incluída no campo de atuação do Sistema Único de Saúde; esta, facultativamente.

24. Uma das provas de que há o reconhecimento, por parte do Poder Público, da hipossuficiência do consumidor de plano de assistência à saúde está na:

- A) presunção de verdade da prova feita em juízo por aquele consumidor.
- B) inversão do ônus da prova, no âmbito judicial.
- C) presunção de desonestidade que, em sede judicial, recai sobre a operadora de plano de assistência à saúde.
- D) duplicidade probatória.
- E) obrigação de o consumidor de plano de assistência à saúde comprovar, e tão somente ele, em juízo, o que aí esteja a alegar.

25. Entre os requisitos para obtenção da autorização de funcionamento previstas na Lei N° 9.656/98, está:

- A) demonstração de regularidade fiscal.
- B) registro nos Conselhos Regionais de Medicina e Farmácia.
- C) contratos de prestação de serviços com estabelecimentos conveniados.
- D) especificação da área geográfica coberta pelo plano privado de assistência à saúde.
- E) certidão negativa do cadastro de defesa do consumidor.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**- Direito Civil**

26. As energias que tenham valor econômico e os direitos reais sobre objetos móveis:

- A) as primeiras são parcialmente bens imóveis; os segundos, facultativamente, bens móveis.
- B) as primeiras e os segundos são bens imóveis.
- C) as primeiras são bens móveis; os segundos, imóveis.
- D) as primeiras são bens imóveis; os segundos, móveis.
- E) as primeiras e os segundos são bens móveis.

27. A anulabilidade do negócio jurídico:

- A) não tem efeito antes de julgada por sentença, nem se pronuncia de ofício.
- B) tem efeito antes de julgada por sentença e pode ser pronunciada de ofício.
- C) não tem efeito antes de julgada por sentença, mas pode ser pronunciada de ofício.
- D) tem efeito parcial antes de julgada por sentença, podendo ser facultativamente pronunciada de ofício.
- E) pode, ou não, ter efeito antes de julgada por sentença, podendo, ou não, ser pronunciada de ofício.

28. Segundo o Código Civil brasileiro, a liberdade de contratar será exercida em razão e nos limites da:

- A) autonomia da vontade e da probidade.
- B) função social da propriedade.
- C) autonomia da vontade.
- D) função social do contrato.
- E) autonomia da vontade e da função social da propriedade.

29. Tem(têm) domicílio necessário, de acordo com o Código Civil:

- A) a mulher casada.
- B) o agente diplomático.
- C) o servidor público.
- D) as empresas.
- E) as associações.

30. Pela dicção do Código Civil, são absolutamente incapazes:

- A) os ébrios habituais, os viciados em tóxicos, e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido.
- B) os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática dos atos da vida civil.
- C) os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.
- D) os maiores de dezesseis anos, já emancipados.
- E) os pródigos.

- Direito Administrativo

31. O esgotamento processual na via administrativa federal:

- A) esgota-se, parcialmente, uma vez provocadas três de suas instâncias.
- B) nunca se esgota.
- C) esgota-se, uma vez provocada uma de suas instâncias.
- D) esgota-se, uma vez provocadas três de suas instâncias.
- E) esgota-se, facultativamente, uma vez provocadas três de suas instâncias.

32. Ato administrativo praticado por servidor incompetente; ato administrativo com objeto ilícito:

- A) este é parcialmente anulável; aquele, facultativamente nulo.
- B) este é anulável; aquele, nulo.
- C) tanto este quanto aquele são nulos.
- D) tanto este quanto aquele são anuláveis.
- E) aquele é anulável; este, nulo.

33. O chamado contrato administrativo de gestão constitui-se em forma de ajuste entre, por exemplo:

- A) de um lado, a Administração Pública Direta e, de outro, entidades da Administração Indireta.
- B) entidades da Administração Indireta.
- C) de um lado, a Administração Pública Indireta e, de outro, entidades privadas que atuam paralelamente ao Estado.
- D) de um lado, a Administração Pública Direta e, de outro, pessoas físicas e/ou jurídicas.
- E) de um lado, a Administração Pública Indireta e, de outro, pessoas físicas e/ou jurídicas de qualquer natureza.

34. O poder que tem a Administração de alterar unilateralmente o ajuste ou o de rescindi-lo é exemplo de cláusula:

- A) abusiva.
- B) exorbitante.
- C) extralegal.
- D) extorsiva.
- E) imprópria.

35. A prescrição penal de ilícito igualmente administrativo:

- A) repercute parcialmente sobre a deste.
- B) não repercute sobre a deste.
- C) repercute sobre a deste.
- D) repercute facultativamente sobre a deste.
- E) poderá, ou não, repercutir sobre a deste.

- Direito Constitucional	
<p>36. Alvará de licença para construir; alvará de autorização:</p> <p>A) este é ato administrativo vinculado; aquele, ato administrativo discricionário. B) este é ato administrativo discricionário; aquele, ato administrativo vinculado. C) ambos são atos administrativos vinculados. D) ambos são atos administrativos discricionários. E) este é ato administrativo parcialmente vinculado; aquele, ato administrativo facultativamente discricionário.</p>	<p>41. É privativo de brasileiro nato o cargo de:</p> <p>A) Ministro de Estado da Saúde. B) Ministro de Estado da Defesa. C) Ministro de Estado da Educação. D) Ministro do Superior Tribunal de Justiça. E) Governador de Estado.</p>
<p>37. O ato de improbidade administrativa, em si mesmo:</p> <p>A) não se constitui em crime, não podendo, por isso mesmo, corresponder a um delito definido em lei. B) constitui-se em crime, não correspondendo a um outro delito definido em lei. C) não se constitui em crime, mas pode corresponder, igualmente, a um delito definido em lei. D) constitui-se em crime, correspondendo a um delito definido em lei. E) não se constitui em crime, podendo, facultativamente, corresponder a uma contravenção penal definida em lei.</p>	<p>42. Diretor de estabelecimento hospitalar particular impede que paciente receba alta, uma vez que este não efetuou o pagamento das despesas por ele realizadas. Nesta hipótese:</p> <p>A) pode o paciente impetrar mandado de segurança contra o diretor do estabelecimento, por violação ao seu direito líquido e certo de contestar o valor das despesas. B) pode o paciente impetrar <i>habeas corpus</i> contra o diretor do estabelecimento. C) não cabe a impetração de <i>habeas corpus</i>, uma vez que o estabelecimento é particular. D) deve o paciente efetuar o pagamento das despesas, e depois ajuizar a competente ação de repetição de indébito, se o valor cobrado for indevido. E) o paciente deve ajuizar ação ordinária com pedido de antecipação de tutela, uma vez que não é cabível o <i>habeas corpus</i>.</p>
<p>38. Abuso de poder; excesso de poder; desvio de poder:</p> <p>A) o primeiro e o segundo são manifestações do terceiro. B) o primeiro e o terceiro são manifestações do segundo. C) o segundo é manifestação do primeiro e do terceiro. D) o terceiro é manifestação do primeiro e do segundo. E) o segundo e o terceiro são manifestações do primeiro.</p>	<p>43. Médico empregado de secretaria municipal de saúde que seja igualmente professor de universidade pública estadual:</p> <p>A) só poderá ter outro emprego público: o de profissional de saúde. B) só poderá ter outro cargo público: o de profissional de saúde. C) não pode ter qualquer outro cargo ou emprego público. D) só poderá ter outro cargo público, de natureza científica. E) só poderá ter outro emprego público: o de professor.</p>
<p>39. A transgressão da motivação dos atos administrativos que a requerem:</p> <p>A) só pode ser revista pelo Poder Judiciário no que concerne à competência para praticá-los. B) só pode ser revista pelo próprio Poder Executivo. C) só excepcionalmente pode ser revista pelo poder Judiciário. D) pode ser revista pelo Poder Executivo e também pelo Poder Judiciário. E) só pode ser revista pelo Poder Judiciário no tocante a questões de natureza formal.</p>	<p>44. As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil:</p> <p>A) têm aplicação imediata. B) não têm aplicação imediata. C) são normas de eficácia contida. D) têm, em parte, aplicação imediata. E) precisam da legislação ordinária para concretizar-se.</p>
<p>40. O titular dos serviços públicos é:</p> <p>A) o próprio Poder Público. B) a concessionária de serviço público. C) a concessionária e a permissionária de serviço público. D) o Poder Público e a concessionária de serviço público. E) o Poder Público, a concessionária e a permissionária de serviço público.</p>	<p>45. Ação penal constitucional; ação civil constitucional:</p> <p>A) esta é o mandado de segurança; aquela, o <i>habeas corpus</i>. B) aquela é o mandado de segurança; esta, o <i>habeas corpus</i>. C) esta é o <i>habeas data</i>; aquela, o mandado de injunção. D) esta é o mandado de injunção; aquela, o mandado de segurança. E) aquela é o <i>habeas corpus</i>; esta, o <i>habeas data</i>.</p>

<p>46. Legislar sobre assuntos de interesse local é competência:</p> <p>A) dos Municípios de menor extensão territorial. B) dos Estados e dos Municípios. C) dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. D) dos Municípios e do Distrito Federal. E) dos Municípios.</p>	<p>- Regulamentações Setoriais</p> <p>51. Segundo a Súmula Normativa nº 10/2006, da Agência Nacional de Saúde Suplementar, e observadas as normas a este respeito vigentes, na hipótese da ocorrência de complicações relacionadas a procedimento:</p> <p>A) não coberto por operadora de plano de assistência à saúde, deve-se considerar que tais complicações constituem, parcialmente, um novo evento, dependente sempre do evento inicial. B) não coberto por operadora de plano de assistência à saúde, não se deve considerar que tais complicações constituam novo evento. C) coberto por operadora de plano de assistência à saúde, deve-se considerar que tais complicações constituem um novo evento, independente do evento inicial. D) coberto por operadora de plano de assistência à saúde, não se deve considerar que tais complicações constituam novo evento. E) não coberto por operadora de plano de assistência à saúde, deve-se considerar que tais complicações constituem novo evento, independente do evento inicial.</p>
<p>47. Suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal é competência:</p> <p>A) do Presidente da República. B) da Câmara dos Deputados. C) do Congresso Nacional. D) do Senado Federal. E) do Ministro da Justiça.</p>	
<p>48. A participação da comunidade e a descentralização, com direção única em cada esfera de governo, são:</p> <p>A) propostas do Sistema Único de Saúde. B) finalidades do Sistema Único de Saúde. C) consequências do Sistema Único de Saúde. D) causas do Sistema Único de Saúde. E) diretrizes do Sistema Único de Saúde.</p>	<p>52. De acordo com a Instrução Normativa nº 4/2002, da Agência Nacional de Saúde Suplementar de Saúde - ANS, o pedido, à ANS, de parcelamento de débitos das operadoras de planos de assistência à saúde:</p> <p>A) importa, parcialmente, confissão de débito, embora possa vir a configurar confissão judicial. B) importa confissão, embora retratável, de débito e não configura confissão extrajudicial. C) não importa confissão cabal de débito e, portanto, não configura confissão extrajudicial. D) não importa confissão de débito, embora possa vir a configurar confissão extrajudicial. E) importa confissão irretratável de débito e configura confissão extrajudicial.</p>
<p>49. O rol de competências deferido ao Sistema Único de Saúde pela Constituição da República é:</p> <p>A) discriminado. B) fechado. C) exaustivo. D) aberto. E) taxativo.</p>	
<p>50. Autarquia e sociedade de economia mista, segundo a Constituição da República:</p> <p>A) esta somente pode ser criada por lei específica; aquela, não. B) esta e aquela somente podem ser criadas por decreto legislativo. C) esta e aquela somente podem ser criadas por lei específica. D) aquela somente pode ser criada por lei específica; esta, não. E) esta pode ser criada por meio de qualquer diploma legal; aquela, não.</p>	<p>53. Por débito (para com a Agência Nacional de Saúde Suplementar) consolidado das operadoras de planos de assistência à saúde entende-se o débito:</p> <p>A) atualizado, mais os encargos e acréscimos, legais ou contratuais, vencidos até a data da concessão do parcelamento (pela ANS). B) ainda que parcialmente atualizado, mais os encargos e acréscimos legais, vencidos até a data da concessão do parcelamento (pela ANS). C) atualizado ou não, mais os encargos e acréscimos contratuais, vencidos até a data do pedido do parcelamento (à ANS). D) atualizado ou não, mais os encargos legais ou contratuais, sem quaisquer acréscimos, vencidos até a data do pedido de parcelamento (à ANS). E) atualizado, mais os encargos e acréscimos legais, vencidos até a data do pedido do parcelamento (à ANS).</p>

54. Na conformidade da resolução Normativa nº 211/2010, da Agência Nacional de Saúde Suplementar, a atenção multiprofissional e a integralidade das ações, respeitando a segmentação contratada, são, no tocante à saúde, na saúde suplementar:

- A) suas causas.
- B) suas consequências.
- C) seus princípios.
- D) suas concessões.
- E) suas etapas.

55. Entre as atribuições da ANS está a de normatizar os conceitos de lesão e doença preexistentes. Neste sentido, foi editada a Resolução 162, de outubro de 2007. Sobre a mesma, analise as definições seguintes:

- I- Agravo como qualquer acréscimo no valor da contraprestação paga ao plano privado de assistência à saúde, para que o beneficiário tenha direito integral à cobertura contratada, para a doença ou lesão preexistente declarada, após os prazos de carências contratuais, de acordo com as condições negociadas entre a operadora e o beneficiário.
- II- Doenças ou Lesões Preexistentes (DLP) aquelas que o beneficiário ou seu representante legal saiba ser portador ou sofredor, no momento da contratação ou adesão ao plano privado de assistência à saúde, de acordo com o Art. 11 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, o inciso IX do Art 4º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000 e as diretrizes estabelecidas nesta Resolução.
- III- Cobertura Parcial Temporária (CPT) aquela que admite, por um período ininterrupto de até 12 meses, a partir da data da contratação ou adesão ao plano privado de assistência à saúde, a suspensão da cobertura de Procedimentos de Alta Complexidade (PAC), leitos de alta tecnologia e procedimentos cirúrgicos, desde que relacionados exclusivamente às doenças ou lesões preexistentes declaradas pelo beneficiário ou seu representante legal.

De acordo com a Resolução citada:

- A) somente I e III estão corretas.
- B) somente II e III estão corretas.
- C) somente I e II estão corretas.
- D) somente I está correta.
- E) todas as definições estão corretas.

56. A solicitação, à Agência Nacional de Saúde Suplementar, de processo administrativo que venha ultrapassar o período de 24 (vinte e quatro) meses da assinatura contratual ou da adesão a plano privado de assistência à saúde será:

- A) renovada.
- B) indeferida.
- C) deferida parcialmente.
- D) deferida condicionalmente.
- E) passível de alteração.

57. De acordo com a Resolução Normativa nº 211/2010, da Agência Nacional de Saúde Suplementar, a participação de profissional médico anestesiológico nos procedimentos listados na referida Resolução:

- A) terá sua cobertura assistencial obrigatória, ainda que não haja indicação clínica.
- B) não terá sua cobertura assistencial obrigatória.
- C) terá sua cobertura assistencial facultativa, desde que haja indicação clínica.
- D) terá sua cobertura assistencial obrigatória desde que haja indicação clínica.
- E) não terá sua cobertura assistencial obrigatória, conquanto haja indicação clínica.

58. Segundo a resolução Normativa nº 211/2010, da Agência Nacional de Saúde Suplementar, todos os procedimentos clínicos e cirúrgicos decorrentes de transtornos mentais estão:

- A) obrigatoriamente cobertos, excluídos os concernentes ao atendimento das lesões autoinfligidas.
- B) obrigatoriamente cobertos, incluídos os necessários ao atendimento das lesões autoinfligidas.
- C) parcialmente cobertos, incluídos os necessários ao atendimento das lesões autoinfligidas.
- D) parcialmente cobertos, excluídos os necessários ao atendimento das lesões autoinfligidas.
- E) facultativamente cobertos, incluídos, parcialmente, os necessários ao atendimento das lesões autoinfligidas.

59. Procedimentos clínicos para fins estéticos; procedimentos cirúrgicos para fins estéticos:

- A) estes e aqueles estão excluídos da cobertura assistencial de que trata o plano-referência.
- B) estes e aqueles estão incluídos na cobertura assistencial de que trata o plano-referência.
- C) estes estão incluídos na cobertura de que trata o plano-referência; aqueles, não.
- D) aqueles estão incluídos na cobertura de que trata o plano-referência; estes, não.
- E) aqueles estão parcialmente incluídos na cobertura de que trata o plano-referência; estes, facultativamente, a critério do beneficiário.

60. Nos procedimentos de ressarcimento ao SUS, no âmbito da Agência Nacional de Saúde Suplementar, os prazos processuais:

- A) se interrompem parcialmente, salvo motivo de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado, ou de indisponibilidade técnica do sistema de protocolo eletrônico aos usuários externos.
- B) nunca se suspendem, nem se interrompem.
- C) sempre podem ser suspensos e interrompidos.
- D) não se suspendem, salvo motivo de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado, ou de indisponibilidade técnica do sistema de protocolo eletrônico aos usuários externos.
- E) se suspendem na hipótese de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado, e se interrompem, parcialmente, em caso de indisponibilidade técnica do sistema de protocolo eletrônico aos usuários externos.